

JORNAL DO APOSENTADO

POR
ANDRÉ SOUZA E
JOÃO COCKELL

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Celso Russomano (Republicanos/SP) é autor do Projeto de Lei

Projeto proíbe descontos automáticos do INSS e do BPC

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº3256/2026, do deputado Celso Russomano (Republicanos-SP) que proíbe descontos automáticos em benefícios do INSS e do BPC para pagamento de dívidas de cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício. A proposta mantém a possibilidade de empréstimos consignados tradicionais, mas veda a retenção vinculada a essas modalidades de cartão, inclusive em saques. O texto preserva os limites de 40% para aposentados e 35% para o BPC, mas exclui os cartões dessa margem. Na justificativa, o autor aponta risco de endividamento prolongado e juros mais altos, que podem chegar a 2,46% ao mês, acima do consignado convencional de 1,85%. O projeto também cita decisões do STJ e investigações da CPI do INSS sobre o tema.

21,1 mil aposentados com 100 anos ou mais

O Brasil já registra mais de 20 mil aposentados com idade maior ou igual a 100 anos que recebem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) e mostram que, no mês de maio, havia 21,1 mil benefícios ativos para pessoas nessa faixa etária. Do total, cerca de 17 mil aposentados recebem um salário mínimo, já o maior valor pago é de R\$33.763,00.

REPRODUÇÃO/INSS



O valor de R\$33.763 é pago para três aposentados

Concessão de pensão por morte

O INSS formalizou a concessão do benefício à viúva de um ex-servidor público federal, encerrando um longo e difícil caso administrativo que envolvia as regras de transição previdenciária. A decisão do órgão reconheceu o direito à integralidade dos benefícios, aplicando as diretrizes da legislação vigente na data do óbito do contribuinte. O desfecho pacifica o entendimento interno do instituto e serve como um importante precedente para destravar análises semelhantes.

Limite divide os atrasados do INSS

O prazo para o segurado receber os valores de ações ganhas contra o órgão na Justiça depende diretamente do montante total acumulado durante o processo. Retroativos de até 60 salários mínimos saem em apenas dois meses via RPV. Acima desse teto, o montante vira precatório e vai para uma fila federal, garantindo prioridade de saque só a idosos e doentes graves.

São João no Recife I

O vereador Thiago Medina (PL-PE) ajuizou uma ação que suspende os efeitos de um decreto municipal editado pelo prefeito Victor Marques (PCdoB), que remanejou cerca de R\$25 milhões ligados a previdência para custear as festividades do São João do Recife. O valor teria sido usado na promoção de eventos.

São João no Recife II

O parlamentar alega que o decreto viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e que a verba previdenciária tem destino exclusivo. A ação destaca ainda o déficit de R\$ 265 milhões do fundo municipal em 2023. Medina pede liminar para barrar o uso do recurso ou o bloqueio de R\$ 28,6 milhões da receita.

Saque do INSS travado I

Um lote bilionário de reembolsos do INSS segue travado porque 656 mil segurados da Previdência ainda não assinaram o termo de adesão digital. Os valores são de descontos irregulares retidos nos extratos entre 2020 e 2025. A liberação não é automática e exige a iniciativa do beneficiário pelo Meu INSS.

Saque do INSS travado II

Indígenas, quilombolas e idosos acima de 80 anos recebem o ressarcimento automático na folha. Para o restante, a assinatura digital é obrigatória. O balanço aponta que, até 22 de junho, a medida já devolveu R\$ 3,2 bilhões a 4,7 milhões de brasileiros, mas muitos ainda não sacaram por confundir a cobrança com taxas e tarifas.

Professores I

O STF entendeu que é válida a aplicação do redutor de cinco anos ao cálculo do tempo exigido para a aposentadoria especial proporcional de professores da rede pública que exerçam funções de magistério. A tese deverá ser aplicada em todos os casos semelhantes em tramitação.

Professores II

O recurso foi movido por uma docente após o Tribunal de Justiça do Distrito Federal vetar o redutor em sua aposentadoria por invalidez. O presidente do STF, ministro Edson Fachin, ressaltou que a decisão regional violou a jurisprudência da Corte ao tentar validar a proibição por meio de uma lei distrital



INSS poderá usar dados da CNH, do CIN e da Justiça Eleitoral

INSS passa a exigir biometria para concessão de benefícios

Nova regra prevê cancelamento de benefícios sem cadastro da biometria

Da Redação

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou a adotar a exigência de comprovação biométrica para pedidos de aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e auxílio-reclusão. A medida integra um conjunto de normas voltadas à validação de identidade dos segurados por meio de bases oficiais do governo federal.

A obrigatoriedade está relacionada a decreto federal publicado em 2025 e a portarias recentes que regulamentam os procedimentos de verificação. O sistema utiliza dados biométricos já registrados em outras bases públicas, sem necessidade de coleta direta pelo INSS no momento do pedido.

A validação ocorre por meio do cruzamento de informações com a Carteira de Identidade Nacional (CIN), com o cadastro biométrico da Justiça Eleitoral e com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). As bases podem incluir impressões digitais, fotografia para reconhecimento facial e assinatura digital.

A regra se aplica aos novos pedidos de aposentadoria, BPC e auxílio-reclusão. Benefícios como salário-maternidade, pensão por morte

e auxílios por incapacidade temporária não entram na exigência de biometria.

O INSS estabelece que, caso o segurado seja notificado para regularização de dados e não conclua o procedimento dentro do prazo estabelecido, o pedido pode ser encerrado conforme as regras administrativas do órgão, sendo tratado como desistência do requerimento.

DISPENSA

Também ficam dispensados da exigência de biometria alguns grupos específicos, como pessoas com mais de 80 anos, brasileiros residentes no exterior, refugiados e apátridas, além de cidadãos em situação de impossibilidade de deslocamento por motivo de saúde ou deficiência, mediante comprovação. Moradores de localidades de difícil acesso também podem ser dispensados.

Para solicitações futuras, o INSS prevê uma transição gradual de sistemas, com ampliação do uso da Carteira de Identidade Nacional como principal referência biométrica até os próximos anos. A integração das bases governamentais tem como objetivo unificar a identificação dos segurados e consolidar os dados em nível nacional.